Síntese Nº 37 (1986) – Pág. 71-89

VELHAS ALIANÇAS, NOVA HEGEMONIA

Raimundo Ozanan de Andrade

Depois de relativo silêncio, não sei se envergonhado, compulsório ou impotente, a década de 60 suscita uma série bastante significativa de publicações e análises. E a famosa frase de Santayana que serve de epigrafe a uma coleção de sucesso: "Aqueles que esquecem o passado estão condenados a repetí-lo", parece cada dia mais oportuna. Claro que por vezes é mais ameno falar de flores do que "remuer la m.", perdoe-me, caro leitor, este óbvio tão impóprio no início de "discurso" onde a "captatio benevolentiae" é de regra. Mas o que desejo salientar logo de entrada, é que apesar das várias dificuldades que se deparam ao estudioso dos anos 60, das quais a não menor é um possível envolvimento emocional, algumas obras recentes renovam de modo bastante rigoroso êste campo de análise. Indicam novos conteúdos; apropriam-se de modo original de vários instrumentos analíticos para aplicá-los com rigor à compreensão do período histórico mencionado; utilizam uma forma agradável em que o jargão da sociologia não entorpece ou trava o movimento das idéias e "last but not the least", sem cair no empiricismo, enumeram uma esfuziante trama de fatos.

Não por acaso ou providência duas notáveis obras com as características referidas nos chegam de Minas Gerais. Trata-se do livro de Heloisa Maria Murgel Starling, *Os Senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o golpe de 1964*, Petrópolis, Vozes, 1986 e o de Solange de Deus Simões, *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 64*, Petrópolis, Vozes, 1985.

Nestas breves notas não pretendo comentar por menor estes dois livros mas explicitar dois temas neles tratados e que sobressaem entre muitos outros. Claro que tudo isto é um convite a leitura; e é difícil escapar ao jargão, fascinante dos dois livros.

Velhas alianças de classes.

A maioria dos estudiosos que intentaram decifrar os aparentes enigmas do golpe de 64 parecem concordar num ponto: não se pode analisá-lo somente ao nível das intenções dos agentes ou reduzí-lo a uma quartelada militar cujo modêlo era (ou ainda é?) tão comum nas repúblicas de banana. Entre o anedotário e a pura conspiração as investigações se orientam prevalentemente para uma análise estrutural onde são apreendidas de modo dinâmico e na conjuntura particular as relações e práticas das diversas classes sociais. No caso do golpe de 64 é importante examinar como uma classe dominante, em um determinado momento histórico, se organizou estratégica e taticamente para desenvolver sua ação política, de modo a assegurar a concretização de seus objetivos. Não se tratava apenas de uma conspiração político-militar ingênua, uma espécie de patriotada. Na verdade processava-se, em Rio, S. Paulo, Minas e alhures, um golpe político-estratégico dirigido ao centro de equilíbrio do regime nacional populista. Para tanto, as classes dominantes, sob a égide do setor multinacional-associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em diversas frentes, atuando tanto a nível do Estado quanto da sociedade civil, com vista á ocupação do Estado para daí procederem ao projeto de reordenação capitalista, ambicionado pelo setor multinacional associado. (Heloisa M.M. Starling, *op.cit.* pg. 312 e ss.)

Definidos os objetivos e o contexto geral do golpe, explicita-se as várias classes que participaram nesta tragédia e/ou farsa: burguesia multinacional, burguesia nacional, "classes médias", militares, oligarquia fundiaria e o assim chamado bloco "nacional populista". Falei de tragédia-farsa, em outro contexto Erico Verissimo referia-se a um "golpe de Estado ridículo e ao mesmo tempo sinistro" (apud Amir Labaki, *1961: A crise de renúncia e a solução parlamentarista*, S. Paulo, Editora Brasiliense, 1986, pg. 156) Sem seguir os autores nos detalhes da trama e dos vários atos em que se desenvolve a trágica farsa, sugiro uma série de questões: nesta complexa aliança de classes pode-se indicar atores, processos ou setores dominantes? Quais os nexos nas formas de organização e ação entre a burguesia e as outras classes sociais? Que fator privilegiar na análise: as estruturas socio-econômicas e políticas ou o voluntarismo dos atores?

Se bem que o livro de Heloisa Maria M. Starling tenha como ponto de mira unicamente as práticas dos "Novos Inconfidentes" e de seus acólitos em Minas Gerais, suas indagações permitem esclarecer de algum modo as questões anteriores.

Não há dúvida de que o golpe de 1964 teve como instigador principal e primordial a burguesia em suas diversas facções. Qualquer tentativa de apresentar a conspiração político-militar em Minas originariamente como uma aliança de classes ampla reunindo sob sua bandeira descontentes de vários matizes se esboroa face à contundente prova estabelecida pela autora. O IPES-MG., centro estratégico e ideológico do poder empresarial do estado elaborou uma série de estratégias destinadas a conseguir antes de mais nada uma unidade entre as diversas fracções dominantes da burguesia. Os elementos fundamentais para realizar esta unidade foram os apêlos á modernização conservadora em nome de dois "ganchos" ideológicos básicos: o sentimento anti-comunista e o sentimento anti-populista.
Florestan Fernandes rememorando o golpe de 64 fala de um delírio primordial: "entender a contrarevolução como revolução, mesmo como revolução vitoriosa que protegia a ordem, a democracia, a religião" (Florestan Fernandes, *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1986, pg. 4) Lendo as autoras mencionadas em seus esforços por desvendar, desmistificar, esclarecer com rigor todos os elementos do projeto da burguesia melhor compreendemos êste delírio.

São bem conhecidos os nexos das ideologias das classes dominantes periféricas com as ideologias das nações capitalistas hegemónicas e sua superpotência. Nos Estados Unidos foi elaborada uma teoria do "desenvolvimento com segurança" que punha ênfase no caráter "revolucionário da "modernização". Os cientistas políticos americanos trabalharam extensamente a noção de que os paises pobres e atrasados abrem suas vias históricas por meio de "oligarquias modernizadoras" que usam a repressão e opressão para desencadear "mudanças profundas" em seus países. Esta pretensa "teoria" silenciava a respeito de alguns pontos essenciais.

O mais importante é que tais oligarquias são modernizadoras para si próprias e para os centros imperiais. Em outras palavras esta "modernização" favorecia a inserção e incorporação das economias periféricas à nova divisão internacional do trabalho aprofundando cada vez mais os vínculos econômicos, sociais, políticos e culturais entre a periferia e os centros hegemônicos. O outro ponto importante diz respeito ao sufocamento dos dinamismo e práticas mais ou menos organizados institucionalmente de transformações sociais profundas. Foram sufocadas as interpelações que emanavam das classes populares e o social se tornou um mero apêndice da acumulação capitalista.

Este ambicioso projeto de reordenação capitalista constituido pela

incorporação crescente à Divisão Internacional do Trabalho orientada pelos centros capitalistas hegemônicos e a eliminação dos projetos sociais das classes populares dominadas, eram ocultados com os termos pudibundos de segurança nacional e (suprema ironia!) "preservação dos mais altos padrões de nossa cultura cristã".

O que cabe ressaltar aquí é que este projeto de "reordenação capitalista" não representou nem mesmo uma "revolução burguesa", foi uma contra-revolução para impedir a revolução burguesa. Descontados os exageros verbais do populismo radical dos anos 60, o que o país vivia em nível estrutural era uma incapacidade hegemônica do bloco de poder nacional-populista de efetuar a "transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada". (Florestan Fernandes, *Brasil: em compasso de espera*, São Paulo, Hucitec, (1980) Este bloco tentava controlar, inhibir, restringir certos interesses de determinadas fracções das classes dominantes-a saber, a fração multinacional associada, em nome da necessidade de composição com as camadas subalternas. Simplificando um pouco diria que havia um esforço "caboclo", "gritante" para instaurar uma social democracia no Brasil e foi contra este esforço que se mobilizaram as classes dominantes e os paladinos da "revolução burguesa". Mas o que seria esta "revolução burguesa" no Brasil? A burguesia brasileira com os olhos voltados para os Estados Unidos, a França, a Alemanha, acreditava que o capitalismo possuia caminhos naturais ou invariáveis de difusão e crescimento. O que tinha sido possível naqueles paises, deveria ser possível no Brasil. Depois da segunda guerra mundial generalizou-se em muitos paises capitalistas um regime de acumulação e modo de regulação que muitos autores chamam de "fordismo" (Benjamin Coriat, *L'atelier et le chronomètre*, Paris, Christian Bourgois, 1979; Alain Lipietz, *Mirages et miracles, problèmes d'industrialisation dans le Tiers Monde*, Paris, Editions La Découverte, 1985). Trata-se de um regime de acumulação intensiva, isto é a atenção é dada a uma reorganização capitalista do trabalho aumentando a produtividade e valorizando ao máximo o aspecto técnico com regulação que favorece os monopólios. A medida que existem ganhos de produtividade estes se incorporam nos salários e esta aumentação dos salários permite o consumo de massas e a prosperidade geral. Assim se estabelece uma, se bem que efêmera, idade de ouro do capitalismo nos paises do centro. O modêlo começou a dar sinais de esgotamento na década de 70. Mas isto já é outra história. Essencial neste regime é a organização científica do trabalho (o taylorismo), a elevação fortíssima da produtividade e do capital constante. Mas estes dois processos são seguidos de uma integração da própria classe operária ao processo capitalista. Esta integração e "normalização" da classe operária, atravez da dimi-

nuição das desigualdades sociais e universalização dos programas sociais, desloca a posição desta classe na estrutura social. A centralidade agora é das classes médias.

Uma análise das causas deste aborto do fordismo periférico no Brasil já foi feita de forma magistral por Florestan Fernandes em *"A revolução burguesa no Brasil,* Rio de Janeiro, Zahar, 3. edição, 1981. Ressalto apenas um elemento já aludido antes: a transformação capitalista periférica intentada no golpe de 64, dadas as condições de nosso capitalismo tardio, buscou meios de crescimento capitalista "seguro" e "crescente" através da repressão às reivindicações populares e da decisiva participação do capital monopolista internacional, tudo isto acompanhado de um processo de homogeneização e de integração das diversas frações do capital. Houve mudanças importantes no sistema de produção e de trabalho ou nos dinamismos imperantes na sociedade civil, mas essas mudanças foram conseguidas a custos penosos para o Brasil como um todo e, em especial para a massa pobre e destituida de sua população. Neste sentido reafirma-se que o golpe de 64 foi uma contrarevolução burguesa para impedir uma revolução burguesa que intentasse pelo menos a instauração de um regime "fordista" de acumulação.

Assim fácil é de ver onde se situam as raizes do nosso modêlo econômico absurdo e excludente, onde coexistem altos índices de crescimento econômico e inovação tecnológica com os mais elevados indicadores sociais de miséria e destituição.

Por que mencionar uma "velha aliança" de classes? Evidentemente o Brasil de 64, não é o Brasil da primeira república ou do "Estado Novo", mas o que se deseja é identificar uma persistência de autoritarismo, de apoio no "braço armado", de coaptação dos setores médios, de exclusão das classes populares. Houve processos reais de mudanças sociais e econômicas nos anos 60, mas estas mudanças através de suas contradições e conflitos reafirmaram com força e determinação uma hegemonia de classe dominante. Em livro recente, coordenado pelo prof. Helio Jaguaribe, *Brasil, sociedade democrática,* Rio, José Olympio Editora, 1985, o prof. Francisco Iglesias, estudando os momentos democráticos na trajetoria brasileira fez uma brilhante síntese histórica em que confirma esta continuidade de dominação de classes apezar de breves tentativas de conciliação ou de "interrupção" democrática. Seu juizo sôbre o golpe de 64 é comedido, mas severo: "O autoritarismo, eminentemente militar, associou-se aqui, como em outras partes do mundo, à grande indústria ou a operações financeiras de duvidosa natureza. Daí a origem de certos índices aparentemente traduções de desenvolvimento e riqueza, mas que na verdade impli-

cam desajustamentos sociais cada dia mais graves e até aspectos políticos significando perda de soberania" (*op. cit.* pg. 219). Quanto às nossas tentativas de conciliação, a desmistificação é rigorosa: "É temeridade tentar alguma lei regedora do processo, pelo perigo da incidência no esquematismo. Demais, pode-se chegar ao tom setencioso e suficiente, com o risco do lugar-comum solene... A forma comum é a do acordo, conciliação. O governo cede em parte, o agente contestador também cede em parte e chega-se à transição, coroamento em geral de uma transação. Nela, as duas forças parecem ter encontrado o denominador comum, o fato, no entanto, é que em geral a contestação é só parcialmente atendida e logo o poder é mais fortalecido. Daí dizer-se que a conciliação é sempre antipovo. Da Independência em 1822 às conversações políticas de 1984, o normal é a conquista limitada, em que o povo pouco lucra e o poder sai revigorado em sua máquina, capaz de resistir por mais alguns anos ao assédio do protesto. Tem-se, pois, que o processo social é extremamente lento: tudo é obtido-quando o é- com morosidade. O saldo de frustração é bem maior que os resultados efetivos. Consequentemente, amplia-se a área contestadora. O país vive numa situação pré-revolucionária, pelos erros oficiais e sua obstinação em desconhecer seu mau exercício e o descontentamento popular. Depois de tantos anos de governo antinação e antipovo a expectativa é de um arrebentamento das estruturas, com alcance e efeitos imprevisíveis. A cegueira oficial, por falta de lucidez, propósito decidido de perturbação, talvez comportamento inconciente de desejo de punição-mauvaise conscience? - o fato é que da cúpula governamental nada parte para um encaminhamento correto e justo; ela parece querer o incêndio, em que se vá com o povo que desprezou e que mais fortemente ainda a despreza. Há tempo, contudo, para um ajustamento. Não estará nessa suposição mais uma prova da esperança permanente ou da vacuidade da política conciliadora?"(*op. cit.* pg. 221)

Esta constante dominação burguesa não excluia alianças com outras classes e esta era minha segunda questão.

Quanto tentamos compreender os nexos que através das práticas conectaram a burguesia às demais classes sociais no golpe de 64 verificamos imediatamente que, à parte certas tentativas mais ou menos frustradas de conquista de alguns setores organizados da classe operária, a burguesia utiliza todos os meios possíveis para desestabilizar, destruir, aniquilar os setores organizados das classes populares. Suas ações "positivas" em relação a outras classes se orientaram sobretudo para soldar uma aliança com as famosas classes médias. Esta participação das classes médias, sobretudo nas marchas, nos comícios anti-

populares forneceram a jornalistas e comentaristas desavisados uma ocasião de caracterizar o golpe de 64 como uma "revolução de classe média". (Famoso então um artigo no Readers' Digest, novembro de 64, *"The Country that saved itself"*, que apareceu como um encarte à revista para ser destacado e enviado a outros leitores interessados). Nos limites destas notas, não podemos tratar de modo mais amplo êste difícil problema das classes médias, elas constituem uma daquelas "pedras no meio do caminho" que muitas vezes os sociólogos encontram em seus itinerários. Mas, dada a importância, faremos algumas considerações.

É necessário descartar de uma vez por todas o mito e a fantasia que fala do golpe de 64 como revolução de classe média. A não ser que o termo "classe média", numa incrível perversão semântica, indique também as relações sociais dos que possuem, controlam e dominam os meios de produção; dos detentores das diversas frações do capital e da oligarquia rural, não se pode de modo nenhum situar a gênese, organização e direção do golpe nestas elusivas classes médias. O livro de Heloisa M. Starling oferece nesse sentido prova contundente e nele não só as praticas de classe são indicadas mas também aparecem os nomes dos agentes com suas posições sociais. Mesmo se não tinham posição de direção qual então a função destas classes médias? Para responder a esta questão é necessário melhor explicitar algo a que já aludi anteriormente.

Quando a burguesia mineira elabora seu projeto para novas formas de dominação capitalista (lembremos que ela estava aliada às burguesias de outros estados) ela buscou apoio em outras classes. Não seria, evidentemente, de dentro das camadas populares subalternas-notadamente a classe operária e o campesinato-que sairia o "apoio popular" ao projeto de desestabilização do governo Goulart. Em primeiro lugar, porque consistiam em seu conjunto, não obstante, as divergências internas, a base da sustentação política do bloco nacional populista. Em segundo lugar- e essa questão é decisiva- porque na conjuntura de crise que marcou o início da década de 60 no Brasil, o conteúdo das mobilizações populares conduzidas pelas camadas subalternas apontava em direção a um aumento de pressões favoráveis à adoção de reformas estruturais e democráticas incompatíveis com o projeto de reordenação capitalista pretendido pelo IPES a nível nacional. Finalmente porque buscavam representar-se em seu próprio nome, isto é, fazendo valer seus interesses de classe e isto apesar das condições peculiares do desenvolvimento do modo de produção capitalista no país e do alto grau de autoritarismo que o acompanhava. (Heloisa M. Starling, *op. cit.* pg. 194 e ss.)

Ora neste cenário de intensa e crescente polarização do conflito de classes, a conquista da classe média era decisiva para o IPES, que via nessas classes sua clientela política.

É bom lembrar que os sociólogos quando desejam estabelecer as relações sociais que definem as classes médias privilegiam os aspectos ideológicos e políticos. Pequena burguesia, pequenos comerciantes, pequenos proprietários, bancários, professores, funcionários públicos, garçons, empregados dos setores de serviços em geral, eis alguns "membros" desta complexa classe média. Se examinarmos os aspectos econômicos encontramos uma maioria de salariados (em níveis diversos) mas também alguns que possuem não só maior controle mas também a propriedade de seus próprios meios de produção como vários profissionais e comerciantes. Por outro lado a divisão entre trabalho intelectual e manual pode ser critério útil mas não exclusivo e nesta mesma distinção não só é ambígua, mas complica ainda mais um problema já demasiado emaranhado. Eis porque renunciando a definir a classe média unicamente a partir das relações sociais de produção, como se pode fazer para identificar a burguesia e o proletariado, os sociólogos se voltam para a ideologia e política.

A classe média se caracterizaria por uma série de formas ideológicas: — individualismo "pequeno burguês", a firme convicção de que o indivíduo através de seus esforços pessoais e constantes poderá se elevar ao topo da pirâmide social, galgando os vários degraus num processo de mobilidade social que recompensa sempre aos mais perseverantes, aos melhores, os obstáculos à mobilidade social não estão nas estruturas mas nas disposições pessoais de cada um; — o moralismo que julga e aprecia todos os processos sociais unicamente com categorias morais tais como, bondade x maldade, integridade x corrupção, honestidade x desonestidade, desprendimento x ambição, etc, com estes conceitos explicam tudo desde a dívida externa do Brasil até as dificuldades da seleção nacional de futebol; — a crença de que o Estado e as instituições liberais estão sempre ao serviço do bem comum, do bem estar geral de todos, sem nenhuma vinculação com grupos e classes, é um Estado-providência que paira acima de todos os interesses e numa neutralidade absoluta resolve todos os conflitos e contradições. Talvez esteja caricaturando um pouco, mas a leitura de muitos manifestos da época, emanados da classe média, mostra muitos destes viéses ideológicos. As características podem variar, mas o essencial é constatar uma certa especificidade na ideologia da classe média.

Uma outra característica da classe média se situaria no domínio do

político. As classes médias se definem por sua indefinição. Constituem uma como que imensa "terra de ningém" atravessada pelas incursões das diversas outras classes. É a conhecida imagem do indivíduo que fica no alto do muro para ver de que lado caem as jaboticabas. É claro que aos sociólogos eruditos não agradam tais imagens um pouco vulgares e dirão que a indecisão política está ligada a uma posição estrutural ambígua e ambivalente, subordinada por um lado (pode ser um salariado) e dominante por outra (um intelectual que controla seus meios de produção).

A ideologia pequeno burguesa, a disponibilidade e indecisão políticas fazem da classe média, em certos momentos históricos, excelentes elementos de manobra de outras classes sociais. Um "caveat" importante, esta caracterização da classe média é histórica e conjuntural. Uma classe média não é uma entidade, um objeto, uma coisa, dada uma vez por todas, suas caracteristicas estão ligadas às relações sociais, às práticas e à estrutura global de classes. Numa sociedade onde haja uma centralidade de classes médias a análise certamente indicará outros elementos.

Do que foi dito, creio que é fácil compreender como buscando um respaldo "popular" a seus objetivos hegemônicos, a burguesia valeu-se da classe média sobretudo em suas grandes manifestações de "massa", comícios, protestos públicos, manifestos. Mas o que se deve salientar é que esta participação massiva das classes médias não constitui elemento central para caracterizar o golpe de 64 e isto por duas razões, uma de ordem mais geral e outra bem específica. A "indecisão política", as características ideológicas e sobretudo a grande heterogeneidade dos diversos setores que constituem as classes médias (pensemos na diversa posição estrutural de um médico especialista e de um chofer de taxi) não permitem a estas, numa situação de polarização extrema de conflito de classes, a elaboração de um projeto autonomo e coerente de revolução e reforma social, elas se atrelam a uma das duas classes. Não estou com isto querendo dizer que podemos deduzir o comportamento político de uma classe numa determinada conjuntura histórica e política a partir unicamente de sua posição estrutural, ao contrário é necessario situar a análise num contexto histórico específico para começar a fazer afirmações sobre o seu possível comportamento político. Ora, ambos os livros que mencionamos no início destas notas (ver sobretudo o cap. IV, "A classe média vai às ruas", do livro de Heloisa Maria Starling e o cap. III, "As "rainhas do lar" conquistam as ruas", na obra de Solange de Deus Simões) comprovam de modo insofismável que as classes médias não se organizam a si mesmas a partir de seus problemas econômicos nem foram

às ruas exprimindo uma "consciência de classe" e propondo um projeto político-econômico alternativo. De fato o que houve foi um grande esfôrço de mobilização política das classes médias, por parte dos empresários, políticos e militares que articularam o golpe, no propósito de caracterizá-lo e divulgá-lo, interna e externamente, não enquanto mais uma quartelada "latino-americana" (o que de fato não foi) mas como uma "revolução" de caráter eminentemente popular (Solange Deus Simões, *op. cit.* pg. 116) Assim para as diversas facções dos grupos hegemônicos e sobretudo para os militares, a "revolução" se legitimava com êste forte apoio "popular" das classes médias; os operários e camponeses não contavam, não eram povo...

Até agora nestas considerações sobre as velhas alianças de classe no golpe de 64, me detive nas duas questões inicialmente formuladas, uma referente à dominação da burguesia no bloco hegemônico e a outra das relações entre a burguesia e as outras classes. Resta o problema do predomínio das estruturas ou dos atores no processo de mudança.

Esta parece ser uma questão puramente acadêmica de discussão entre professores e estudantes de pós-graduação ou para ocupar mentes ociosas em falta de mais fascinante assunto. Bem, é um pouco isso, mas não somente. Porque não se trata apenas de discussões esotéricas proferidas em congressos e reuniões cientifico-mundanas, mas o tipo de análise geralmente vem acompanhado de uma atitude e "parti-pris" ideológico sobre a posição do intelectual numa sociedade de classes.

Os que privilegiam a estrutura e os sistemas utilizam uma linguagem extremamente rarefeita, neutra, "imparcial", onde a análise circunstancial, detalhada, precisa é substituida por uma série de conceitos abrangentes, vagos que possuem a propriedade maravilhosa de tudo explicar. De acordo com o gosto e o estilo de cada um, estas entidades fantasmagóricas serão o imperialismo, as corporações multinacionais, o sistema mundial, a economia-mundo, o mercado, o intercâmbio desigual, a estrutura de classes, etc, etc. Tais tipos de análise levam por vezes, explícita ou implicitamente a um pessimismo enfadonho, irracional (apesar do tom racional da análise) no estilo de: "nada poderemos fazer o sistema está contra nós..."; ou então ao seu contrário, uma espécie de catastrofismo jubilante: "o sistema se esboroará sob o peso de suas próprias contradições!"

Não estou com isto defendendo um empirismo simplório ou um anti-intelectualismo *borné*, mas sugerindo um tipo de análise em que não se esqueça as múltiplas determinações concretas dos processos soci-

ais. Os sociólogos em sua busca de verdade ou de análise rigorosa deveriam meditar na esplêndida lição de Hegel:"... a filosofia não considera a determinação inessencial mas a essencial. Seu objeto não é o abstrato, e sim o real efetivo. Ora, o efetivo é o processo em sua totalidade, que gera e percorre os seus momentos... O verdadeiro é assim delírio báquico em que todos os membros estão ébrios; e como esse delírio dissolve na unidade do todo qualquer membro que ameace separar-se, vem a ser o mesmo que o repouso translúcido e simples" (Paulo Meneses, *Para ler a Fenomenologia do Espírito*, S. Paulo, Edições Loyola, 1985, pg. 21)
Os dois livros que mencionamos no começo desta nota constituem exemplos magníficos de uma análise precisa, concreta, rica em determinações e onde o estudo das estruturas não faz desaparecer os atores. Um artigo recente, Maria Vitória Benevides, com muita pertinência, indicava como muitos estudos de pós graduação "vítimas de uma deformação didática intolerável, mitificam a "teoria" antes de conhecerem, com um mínimo de rigor histórico o objeto em estudo" (Maria Vitória Benevides, *Lembrai-vos de 1961*, Revista *Senhor*, Nº 268, 6 de Maio de 1986, pg. 87)

Ambos estudos manifestam um conhecimento exaustivo do tema estudado e os conceitos constituem realmente elementos que ajudam a compreensão dos processos, mas estes conceitos estão tão bem integrados na análise que quase nem os percebemos, e isto não é defeito, mas qualidade. Na construção de uma casa utiliza-se andaimes, escadas, mas terminada a construção êles são retirados e a casa aparece em sua gloriosa arquitetura. Creio que dificilmente louvariamos como beleza arquitetônica um edifício que permanecesse com seus andaimes à mostra.

E os famosos agentes, os sujeitos da história? Eles aparecem com evidência nos desvendamentos das tramas históricas numa dialética esplêndida em que são determinados e determinam, única maneira de apreender de maneira rigorosa a história como processo. Assim estes personagens não são apreendidos apenas em sua singularidade anedótica e circunstancial e apesar de aparecer todos os nomes privados revela-se também os nomes próprios das classes e grupos sociais que estes "agentes" representam e dos processos sociais contraditórios a que o confronto dessas classes dava lugar.

Explicitados, à luz dos dois livros mencionados alguns aspectos das estratégias das classes dominantes no golpe de 64, desejo discutir algo sobre a hegemonia destas mesmas classes nos anos 60.

Nova Hegemonia

Se desejamos evitar um discurso "catequético" sobre hegemonia, tipo perguntas e respostas, devemos inseri-la numa totalidade mais vasta englobando igualmente as noções de sociedade histórica, ideologia, estado.

Em sentido amplo toda sociedade por ser sociedade é histórica: possui data própria, instituições próprias e precondições específicas, nasce, vive e perece, transforma-se internamente. Porém em sentido mais restrito o que se designa como sociedade propriamente histórica é aquela sociedade para a qual o fato mesmo de possuir uma data, de pressupor condições determinadas e de repô-las, de transformar-se e de poder perecer, não é um dado mas uma questão aberta. São sociedades para as quais a questão de sua origem ou de sua instituição é não só um problema teórico, mas sobretudo uma exigência prática renovada. A sociedade histórica é aquela que precisa compreender o processo pelo qual a ação dos sujeitos sociais e políticos lhe dá origem e, ao mesmo tempo, precisa admitir que ela é a própria condição para a atuação desse sujeitos. Esta questão é bastante complexa, do ponto de vista teórico, na medida em que a prática instituidora do social é ação dos sujeitos que são instituídos como tais por esse mesmo mundo social. E a coisa se complica mais ainda quando além de precisar enfrentar o enigma de sua auto-instituição, a sociedade histórica precisa de enfrentar o problema do advento do poder político como um polo separado do social e que, no entanto, nasceu da própria ação social. O poder nasce no interior desta sociedade, e parece dela destacar-se num figura invisível pairando acima dela: o Estado. Nos dois casos-origem social da sociedade e origem política do poder-a dificuldade para uma teorização positiva é a realidade da *praxis* social, cuja peculiaridade consiste, justamente, desde os gregos, em ser um tipo de ação no qual sujeito, meio e fins são termos indissociados.

Agora podemos compreender por que a emergência da ideologia em sentido forte é algo intrínseco às sociedades históricas. A partir do momento em que os sujeitos sociais e políticos deixam de contar com o anteparo de um saber e de um poder anteriores e exteriores à sua *praxis*, capazes de legitimar a existência de certas formas de dominação, as representações desses mesmos sujeitos detidas no aparecer social e determinadas pela separação entre trabalho e pensamento, irão constituir o pano de fundo sobre o qual pensarão a si mesmos, pensarão as instituições, as relações de poder, a vida cultural, a sociedade, a política como um todo. (Marilena Chaui, *Cultura e democracia*, o *discurso competente e outras falas*, S. Paulo, Editora Moderna,

1984 pg. 15 e ss.)

A ideologia é este corpo de representações e normas através do qual os sujeitos sociais e políticos se representarão a si mesmos e à vida coletiva.

No Estado moderno, onde subsistem classes e conflitos de classes, uma das funções primordiais da ideologia é oferecer uma representação da sociedade como una, indivisa, homongênea. O discurso do poder é ideológico no duplo sentido de apresentação como geral do que é particular (o ponto de vista particular de uma classe que exerce a dominação é apresentado como universal) e de ocultamento das divisões e contradições. No Estado moderno, onde existem multiplos conflitos e diversidades de ordem étnica, social e cultural, a representação ideológica é bastante complexa, subsistem ao lado do discurso do estado unitário homogeneizador uma série de contradiscursos críticos.

No meio destas diversidades, conflitos de interesses, luta de classes, emergência de novos movimentos sociais, reivindicações de cidadãos, o Estado luta por manter unidade, controlar as forças centrífugas, assegurar sua própria legitimidade. Eis como aparece o problema da hegemonia no estado capitalista moderno, problema tão bem examinado por Antonio Gramsci.

A estabilidade do modo capitalista de produção da qual o Estado é garante e moderador não depende nem de um movimento espontâneio das próprias relações sociais, nem unicamente da ação repressiva do Estado, mas, antes de mais nada, de uma política pela qual uma classe dominante procura difundir uma série de idéias e valores, cuja aceitação generalizada gera o consenso.

Sublinhemos logo a originalidade da contribuição de Gramsci. Uma forte tradição marxista ligava o Estado à esfera da coação e violência, "o Estado braço armado da burguesia". Não só Marx, mas até mesmo Weber falava do Estado como "violência organizada". Superando estas concepções o Estado é agora subdividido em duas esferas a sociedade política, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente (govêrno, tribunais, política) e a sociedade civil, constituida pelas associações ditas privadas (igrejas, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação de massa) na qual essa classe busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como elemento de coesão de uma

formação social. O Estado é assim a unidade de um momento de violência e de um momento de persuasão. O primeiro se radica na sociedade política (a "violência organizada" de Weber) o segundo radicado na sociedade civil é a hegemonia. A classe no poder assegura sua função de dominação através da primeira e sua função de direção, formação e deformação da consciência, através da segunda. (Sérgio Paulo Rouanet, *A razão cativa*, S. Paulo, Brasiliense, 1985, pg. 107 e ss.)

Entre parenteses, sociedade civil e Estado não podem ser considerados como entidades separadas, mas elas estão dialéticamente unidas em múltiplos processos, assim querer apresentar os anos do autoritarismo como um divórcio entre sociedade civil e Estado é esquecer que também a sociedade civil está estruturada por relações de favor, tutela e dependência, imenso espelho do próprio Estado e viceversa.

A novidade gramsciana consiste em considerar que o conceito de hegemonia inclui o de cultura, como processo social global que constitui a "visão do mundo" de uma sociedade e de uma época, e o conceito de ideologia como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata. Todavia o conceito de hegemonia ultrapassa aqueles dois conceitos: o de cultura porque indaga sobre as relações de poder e alcança a origem do fenômeno da obediência e subordinação; o de ideologia porque envolve todo o processo social vivo percebendo-o como praxis, isto é as representações, as normas e os valores são práticas sociais e se organizam como e através de práticas sociais dominantes e determinadas.

Sobressaem assim três aspectos na concepção gramsciana: — A hegemonia é um processo complexo que não pode ser reduzido a totalizações abstratas de tipo "ideologia dominante". Não se pode ignorar as alternativas, as oposições que se confrontam sobretudo, em épocas de crise na sociedade civil e que ameaçam as dominações de certas classes ou grupos. Estamos assim bem longe da visão mecanicista, rígida, de um Althusser que fala dos "aparelhos ideológicos do Estado" controlando constantemente de modo inquisitorial e totalizante todas as instâncias da sociedade civil. Mesmo na sociedade mais totalitária, há dissensões e resistências (Louis Althusser, *Idéologie et appareils idéologiques de l'Etat*, revista *Pensée*, junho de 1970) A própria imagem de aparelhos obfusca a visão mesma de processos sociais complexos a múltiplas determinações. A realidade do processo cultural deve ser sempre capaz de incluir os esforços dos que de um modo ou de outro estão fora ou na margem dos termos da hegemonia espe-

cífica. (Marilena Chaui, *Conformismo e resistência*, S. Paulo, Editora Brasiliense, 1986, pg. 23) — Sem a interiorização pela consciência, da normatividade dominante, o projeto hegemônico se frustra, e a classe dirigente é forçada a recorrer a mais frágil das formas de dominação, a exercida pela violência. — Sendo a hegemonia uma praxis e processo ela se altera todas as vezes que as condições históricas se transformam.
Estes preliminares, um pouco áridos e abstratos, nos ajudam a compreender a crise hegemônica nos anos 60, e como a burguesia se esforçou por legitimar o golpe de 64 através de uma série de práticas sociais. Dentre estas práticas uma das mais bizarras, mas não necessariamente surpreendente foi a da utilização das mulheres como elemento de legitimação do golpe, fenômeno muito bem analisado no livro de Solange de Deus Simões.

Esta tragi-comédia constitue um dos exemplos mais notáveis de como uma classe social, num crise hegemônica, utiliza processos de ocultação, mistificação, mitificação, transformação, para legitimar sua intervenção e violência. Assim o barulho e ressoar das botas será atenuado pelas vozes das mulheres que rezam terços a fim de preservar a família brasileira da hediondez do comunismo ateu.
Com acuidade percutante e numa descrição detalhada e analiticamente rigorosa a autora mostra como a burguesia mobilizou inicialmente as próprias mulheres de burgueses e depois amplos setores femininos da classe média numa luta que diante da opinião pública se caracterizava pela "recolocação" do "idealismo" no cenário brasileiro. Nos manifestos publicados por várias organizações femininas aparecem caracterizações maniqueistas num delírio verbal que não nos pode fazer rir porque sabemos hoje as consequências de todas aquelas marchas, comícios, manifestos que diziam lutar por Deus, Pátria e Família.

Que melhor legitimação para o golpe, do que lançar nas ruas em comícios, mobilizar em abaixo-assinados, fazer intervir em reuniões sindicais, estudantís e políticas, um grupo crescente de mães de família? Assim aquelas mulheres constituiriam elemento importante na transição para a nova hegemonia, contribuiriam para a "limpeza" (não é esta uma tarefa doméstica feminina?) do cenário político brasileiro que se encontrava conspurcado pelo estereótipo e pela prática política "interesseira", corrupta e demagógica. A burguesia, a elite orgânica ipesiana, recorria à imagem da mãe para colocar a idéia da idoneidade e pureza no espaço político. A mãe no lar, cuidava do filho e da família, a mãe militante deveria zelar pelo cidadão e pela "grande família" que era a pátria e a nação. O conteúdo ideológico destes discursos e práticas é evidente. Sob a égide das mulheres, o

"povo" é chamado a participar nas marchas. Este apelo foi feito em nome de valores cívicos e patrióticos, do respeito a Deus, pela integridade da família, em repúdio ao comunismo internacional. A propaganda, portanto, não atacava direta ou abertamente o governo Goulart e o nacional-reformismo: mobilizavam-se amplos setores da população não pelo que o governo efetivamente era, mas pelo que era acusado de ser, ou "ameaçava" ser: comunista, traduzindo em ateu e totalitário. Esta propaganda, tendo como característica principal a negação do comunismo, apresentava também uma afirmação política: a defesa da democracia e da liberdade, embora esses conceitos não chegassem a apresentar conteúdo substantivo, aparecendo com frequência apenas como antítese do "comunismo totalitário". (Solange de Deus Simões, *op. cit.* pg. 101 e ss.) Por vezes houve "lapsus linguae"(?) e a democracia se identificava claramente com o capitalismo (citação em Heloisa Maria Starling, *op. cit.* pg. 94).

Desta luta ideológica, em que a realidade, a ficção e o delírio espocavam misturados por todas as partes será que poderemos tirar algumas conclusões? Não me atrevo a tanto, lembrado daquela famosa frase de Brecht pela boca de Galileu: os cientistas são os profissionais da dúvida. É bom que sigam duvidando inclusive de suas próprias posições. Tento assim mesmo algumas indicações.

As marchas, os comícios, os abaixo assinados foram elementos importantes para o estabelecimento da nova hegemonia burguesa-militar, mas não passaram de pseudo-elementos legitimadores de uma conspiração bem organizada. Se o golpe e contra-golpe dependesse principalmente de marchas e comícios, como explicar que apesar do "comício das reformas" que em 13 de Março de 1964 reuniu uma formidável massa popular de mais de 200 mil pessoas, poucos dias depois viria a queda do governo nacional-populista? Aqui é bom lembrar a famosa disquisição de Maquiavel sobre o profeta armado e desarmado. O golpe em sua realidade dependeu da lenta e implacável organização da burguesia e do apoio do seu "braço armado". Somente os ingênuos confundem as luzes, barulhos e encenações do palco, com o sistemático, implacável, metódico trabalho dos bastidores, tão bem descrito no livro de Heloisa M. Starling. Assim as duas obras se integram num todo analítico admirável, uma nos apresenta as figurantes femininas em todo o Brasil, o outro os artífices primordiais do golpe. Terminada as encenações umas retornam serenas aos seus lares, mas os outros que sabiam que havia algo mais que uma representação vão continuar a manobrar não só nos bastidores mas alhures... E a gente evoca a poesia de Chico Buarque:

"Elas não têm gosto ou vontade
Nem defeitos nem qualidades
Tem medo apenas...
Vestem-se de negro, se encolhem
Se conformam e se recolhem
As suas novenas
Serenas
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas"

Como compreender que "mães piedosas" começassem a participar por este Brasil afora em marchas, atividades políticas, manifestando um raro dinamismo e capacidade de organização; mais ainda, o que transformou piedosas mães em "impiedosas castigadoras?" (Título de um capítulo do livro de Solange de Deus Simões: "Piedosas mães, impiedoso castigo") .

O núcleo fundamental e originário das diversas associações femininas que colaboraram no golpe era constituido sobretudo por mulheres ligadas por relação de parentesco ou de convívio com elementos das altas esferas da burguesia, militares e oligarquias agrárias. Incorporam depois outros setores femininos da classe média e uma ou outra doméstica. Portanto tratava-se de mulheres que já estavam familiarizadas com as organizações e ideologia golpistas. Pertencentes à burguesia e classe média reagiriam facilmente a temas ideológicos tão comuns a estas classes: individualismo, moralismo, devotamento a causas que se exprimem em termos abstratos (preservar a liberdade, combater a corrupção, extirpar os germes do comunismo, defender os valores religiosos e familiares.) Esta mobilização não ocorreu de modo "espontâneo" — como se tentou fazer crer na época — e nem tampouco foi um movimento regional. A idéia de engajar as mulheres na "linha de frente" do processo de desestabilização do governo Goulart resultou, provavelmente, na mais significativa vitória alcançada pelo IPES através de sua rica ação político-ideológica desenvolvida no interior de vários setores que compunham a opinião pública naquele momento. O IPES custeou, organizou e orientou politicamente as diversas organizações femininas que brotaram em vários estados do país no período que vai de 1962 a 1964.

Portanto organização, afinidade ideológica, crescente politização e polarização, e simples extensão ao público de suas atuações no privado, explicam esta ampla participação das mulheres no golpe de 64.

O golpe de 64 muitas vezes foi comentado como mais um exemplo do nosso famoso "jeitinho", de nossa cordialidade, de nosso espírito de conciliação e foi assim que ele foi saudado nas páginas já mencionadas do "Readers' Digest" americano. Este mito de uma transição pacífica e espontânea, em que uma "nação salvou-se a si mesma" pela intervenção providência do seu "povo", já fora dissipado em vários livros e artigos, porém o grande mérito das publicações que comentamos é de renovar o campo de análise, quer quanto ao conteúdo, quer quanto à forma. Receio muito em empregar o termo "definitivo" para qualificar um trabalho de pesquisa, mas não há dúvida que depois destas publicações só mesmo um "aveuglement intellectuel" poderá continuar a aderir ao mito. O conhecimento empírico é de grande riqueza e o aparelho conceptual adaptado e flexível. Não há justaposição entre teoria e fatos e tudo é feito sem gritos, sem alardes, num tom em que não faltam ironia e humor. Jamais as autoras escondem suas opções, estão bem longe daqueles escritos "detachés" de cientistas sociais que confundem rigor analítico com uma neutralidade insignificante. Lendo estas páginas lembro-me da excelente advertência de Florestan Fernandes: "Uma sociedade nacional que não possui grandeza e cultiva cegamente a mania de grandeza acaba sendo vítima de mania, pois a grandeza se esvai com o pensamento, a palavra pronunciada, a escrita e a prática perversa ou pervertida" (Florestan Fernandes *Nova República?*, Rio, J. Zahar, 1986, pg. 13)

E para terminar por onde havia começado. Estas notas não se propunham examinar exaustivamente o golpe de 64, mas tinham um objetivo mais simples. A partir de dois estudos bem específicos um sobre os Novos Inconfidentes e o outro sobre as mulheres, explicitar apenas alguns temas neles tratados. Um estudo examinando a presença de Minas no amplo quadro de articulações politico-militares que promoveram a deposição do presidente Goulart joga um foco de luz sobre a complexidade do que ocorreu em 31 de Março de 1964. De fato não se tratava apenas de um mero golpe militar, e sim de movimento "altamente civil e político em sua formação e execução" que não se limitaria a Minas, da mesma forma que não se limitaria ao eixo Rio/S.Paulo/Belo Horizonte. (Heloisa M. Starling, *op. cit.* pg. 334) O outro estudo sobre a participação das mulheres no golpe de 64 levanta um pouco o véu sobre uma ampla coaptação ideológica em que a "elite orgânica" ipesiana, para mobilizar as mulheres e ao mesmo tempo, extrair seu potencial como atores políticos recorreu a uma "mística feminina". (Solange de Deus Simões, *op. cit.* pg. 137)

E os militares? E a militarização crescente da sociedade? E a doutrina da segurança nacional? E a influência da Igreja? E a repressão violen-

ta? E o "grande salto para o caos"? Sim, caro leitor, as questões podem esfuziar. A tudo isto a resposta pode ser bem simples: isso é certamente uma outra história... "Autrement": o objeto de análise histórico-sociológica, é uma totalidade complexa rica em multiplas determinações, um "real efetivo, que é o processo em sua totalidade, que gera e percorre os seus momentos. Algo eminentemente positivo, mas que não é um positivo morto, já que em si inclui o negativo (que poderia ser chamado de falso, se fosse possível abstrair dele" (Paulo Meneses, *op. cit.* pg. 21)

Um vasto campo de pesquisa sobre um tema que parecia esgotado foi recuperado. A outros ensaiar novas trilhas e iluminações.

É quase que de praxe concluir estes tipos de resenha com uma nota de esperança, com um sorriso, como naqueles velhos filmes que sempre tinham um "happy end". O problema é que a história não termina, ela continua através de cada um de nós. Contra ventos e marés aí estão para nos esclarecer e guiar os poetas e filósofos, por enquanto ouçamos (sem esquecer os poetas!) a voz límpida e forte da filosofia: "Ainda que a aparência da história nos mostre obstinadamente sua face de irracionalidade em formas sempre novas de opressão, de dominação, de violência, pelo fato mesmo de que a história continua, a liberdade é nela o núcleo, em irresistível crescimento, da sua própria razão de ser. A exigência de realização efetiva da liberdade, ainda que muitas vezes silenciosa e obscura, como o trabalho subterrâneo da talpa, diz Hegel evocando Hamlet e referindo-se ao Espírito Livre (Lições sobre a Historia da Filosofia, III, cap. 2) é a única força que arrasta os homens para a edificação de um mundo que é humano na medida em que abre espaços para liberdade, e somente enquanto tal, é munto histórico". (Henrique C. Lima Vaz, *Por que ler Hegel hoje?* em Boletim Seaf, N.º 1, Belo Horizonte, 1982, pg. 66)